Destarte, não se aplica o julgado da 5ª Turma da 1ª Região do TRF ao caso concreto, vez que o caso é completamente divergente daquele que originou o contrato, pois, o funcionário público não era sócio nas mesmas condições do caso em epígrafe.

3.5) A Conclusão da recorrente de os órgão envolvidos pertencem a poderes diferentes, não procede, pois, dentre as competências do Tribunal de contas do Estado do Piauí, uma delas é “Decidir sobre as representações contra irregularidades em processos licitatórios” e “Fiscalizar todos os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem assim os do Ministério Público”, conforme, respectivamente, Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar Federal nº 101/200 e Resolução TCE nº 1.991/200

Vale destacar que foram os licitantes presentes que suscitaram ser a empresa **TECDATA-TECNOLOGIA EM DADOS LTDA** que tem o sócio-administrador da **recorrente** como servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Piauí fato que impede a participação em licitação, conforme a alínea “F” do Item 4.1. do Edital. E, que a Comissão após diligências confirmou o argüido pelos licitantes, fato esse que caracterizaria irregularidade no procedimento licitatório e, isso levaria tal irregularidade a ser competências do Tribunal de contas do Estado do Piauí decidir sobre as representações contra irregularidades em processos licitatório, conforme já exposto.

3.6) No que diz respeito aos a extração implícita do *princípio da moralidade/ probidade administrativa*.

Bem exposto é a exposição do causídico da **recorrente**, Fato é que o mesmo não se apercebeu de que se trata de uma argumentação sofista e que fere mortalmente o próprio princípio da moralidade/ probidade administrativa, conforme já exposto supra, como o Sr **JORGE FÉLIX DOS SANTOS FILHO** ser Sócio-administrador e ter a cota de 50% (cinquenta por cento) da empresa **recorrente**, não pode, pois, ser probo o licitante que se apresenta sobre todas as ilegalidades e irregularidades já exposta.

Como clamada pelo causídico a importância do estudo da principiologia jurídica, sob a ótica da primazia dos preceitos básicos que a Constituição Federal de 1988 trouxe em seu arquétipo. As normas são de importância ímpar em nosso ordenamento jurídico-positivista, possuindo os princípios, contudo, missão superior, que é a de engendrar o sistema de normas, seja oferecendo subsídios para a complementação das leis, seja repugnando normas espúrias, de constitucionalidade duvidosa.

Nesse intuito de ressaltar a importância dos princípios, portanto, é que será exposto exclusivamente a análise daquele respeitante à moralidade da Administração Pública, mais especificamente no que tange à atividade licitatória, com fulcro na jurisprudência e doutrina atuais.

A própria Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, caput, tratou de conceituar licitação, *verbis*:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

A razão pela qual o constituinte de 1988 achou por bem elencar expressamente o princípio ora sob comento em seu art. 37, *caput*:

“Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).”

Idéia bastante clara sobre o princípio *in examine* é a de **Alexandre de Moraes**, para quem

“pelo princípio da moralidade administrativa, não bastará ao administrador o estrito cumprimento da estrita legalidade, devendo ele, no exercício de sua função pública, respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça, pois a moralidade constitui, a partir da Constituição de 1988, pressuposto de validade de todo ato da administração pública.”

Pelas razões expostas, a Comissão Permanente de Licitação decide conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, considerando o resultado de julgamento da habilitação referente à Tomada de Preços nº 001/2005, mantendo a inabilitação da empresa **TECDATA-TECNOLOGIA EM DADOS LTDA**, e nos estritos termos do § 4º, do art. 109, do vigente Estatuto das Licitações, submete à autoridade superior a presente decisão.

Teresina, 17 de fevereiro de 2005.

Raimundo Rodrigues Júnior
Presidente da CPL

Stuart Mill de Carvalho Soares
Membro da CPL

Raimundo Nonato Viana da Costa
Membro da CPL

Bel. João Peres de Andrade Filho
Membro da CPL

1. De acordo;
2. Comunique aos interessados.

BEL. ROBERT RIOS MAGALHÃES
Secretário de Estado da Segurança Pública

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Expirado o prazo recursal, comunico a homologação e a adjudicação referente à Concorrência nº 006/2004, que tem como objeto **fornecimento de material de consumo (gráfico, expediente e limpeza)**, ficando convocadas as licitantes vencedoras do certame: **ODIMILSON ALVES PEREIRA (PIAUIPEL- EMBALAGENS E SERVIÇOS)** (CNPJ/MF nº 03.930.566/0001-00), vencedora dos itens: 16, 21, 25, 29, 35, 42, 45, 46, 52, 54, 62, 63, 70, 86, 90, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 105, 113, 118, 119, 122, 125, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 163 e 169; **SR COMERCIAL LTDA** (CNPJ nº 02.649.568/0001-63), vencedora dos itens: 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159 e 166; **A.J. COMÉRCIO INDUSTRIAL-TDA-GRÁFICA UNIVERSAL** (CNPJ nº 03.253.521/0001-49), vencedora dos itens: 13, 15, 28, 36, 37, 38, 39, 48, 49, 51, 57, 59, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 79, 95, 117, 121, 164 e 170; **J. L. GASES COMÉRCIO LTDA** (CNPJ nº 02.707.125/0001-81), vencedora dos itens: 9, 12, 14, 22, 67, 77, 80, 84, 98, 99, 100 e 101; **FRANCISCOS DAS CHAGAS ROCHA COMÉRCIO-DPME-DISTRIBUIDORA DE MERENDA ESCOLAR** (CNPJ nº 00.720.387/0001-50), vencedora dos itens: 5, 18, 19, 20, 26 e 27; **R. SILVA E SOUZA LTDA. (GRÁFICA E EDITORA IPANEMA)** (CNPJ/MF nº 86.913.951/0001-77), vencedora dos itens: 106, 112, 114, 115, 120, 123, 124, 138 e 140; **CENTER GRÁFICA E EDITORA** (CNPJ nº 04.980.871/0001-70), vencedora do item: 109; **CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS LTDA** (CNPJ/MF nº 05.106.833/0001-55), vencedora dos itens: 1, 2, 3, 7, 10, 11, 17, 32, 33, 34, 40, 41, 50, 53, 55, 56, 58, 76, 78, 81, 82, 83, 88, 92, 93, 94, 131, 132, 133, 146, 147, 160, 161, 162, 165, 167 e 16; **EDITORIA E GRÁFICA IMPRIME LTDA** (CNPJ nº 41.258.385/0001-79), vencedora dos itens: 110, 111 e 126; **GRÁFICA E EDITORA REGO GRAFISSET** (CNPJ nº 02.699.001/0001-00), vencedora dos itens: 107, 108 e 139; **GRÁFICA DO POVO LTDA** (CNPJ/MF nº 04.202.993/0001-35), vencedora dos itens: 116 e 128; **SILVIO PINTO VILARINHO** (CNPJ nº 34.967.265/0001-85), vencedora dos itens: 4, 6, 8, 30, 31, 43, 44, 47, 73, 75, 85, 87, 89 e 91, vencedoras desse certame nos termos da Ata de Julgamento das Propostas de Preços às fls. 543 e 544 e Retificação às fls. 547, todos nos autos, para a assinatura do contrato, nos termos do art. 64, *caput*, da lei nº 8.666/93, sob as penalidades da lei.

Teresina, 21 de fevereiro de 2005

BEL. ROBERT RIOS MAGALHÃES
Secretário de Segurança Pública do Piauí

P. P. 13564